

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190101-DO0119>

**DA MAQUINARIA AO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO:  
A PROBLEMÁTICA DOS PROCEDIMENTOS  
METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO**  
**FROM THE MACHINERY TO THE THEORETICAL-ANALYTICAL DEVICE:  
THE PROBLEMATIC OF THE METHODOLOGICAL  
PROCEDURES OF THE DISCOURSE ANALYSIS**  
**DE LA MAQUINARIA AL DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO:  
LA PROBLEMÁTICA DE LOS PROCEDIMIENTOS  
METODOLÓGICOS DEL ANÁLISIS DEL DISCURSO**

Carolina Fernandes\*

Universidade Federal do Pampa

Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Línguas

Bagé, RS, Brasil

Luciana Iost Vinhas\*\*

Universidade Federal de Pelotas

Centro de Letras e Comunicação

Pelotas, RS, Brasil

RECEBIDO EM: 05/10/18.

APROVADO EM: 10/02/19.

*Resumo:* Este artigo tem por objetivo percorrer a historicidade da metodologia da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux para a compreensão e reflexão crítica de seus modos de fazer análise, considerando a especificidade da teoria em sua implementação no contexto francês e sua reformulação e desenvolvimento no contexto brasileiro. Como possível aplicação dos procedimentos metodológicos atualmente praticados na área, é desenvolvida a análise do discurso feminista em páginas de rede social online. A discussão propõe, então, que se trabalhem os pressupostos desenvolvidos no âmbito da teoria materialista do discurso entre os processos de paráfrase e polissemia. Com este estudo, observa-se que a AD parte de uma concepção não-positivista de cientificidade para definir seus procedimentos metodológicos.

*Palavras-chave:* Análise do Discurso. Metodologia. Discurso Feminista.

\* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do curso de Letras e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Línguas na UNIPAMPA. E-mail: carolinafernandes@unipampa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5395-827X>

\*\* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPel. E-mail: lucianavinhas@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1026-2277>.

**Abstract:** This article aims at go through the historicity of the methodology in the Discourse Analysis founded by Michel Pêcheux in order to understand and make a critical reflection on the ways analysis is made, considering the specificity of the theory in its insertion in the French context and its reformulation and development in the Brazilian context. As a possible applicability of the methodological procedures currently developed in the field, an analysis of the feminist discourse in the online social media is proposed. The discussion has the proposal of working with the materialistic theory of the discourse between the paraphrase and polysemy processes. With this study, it is observed that the DA has a non-positivist conception of scientificity to define its methodological procedures.

**Keywords:** Discourse Analysis. Methodology. Feminist Discourse.

**Resumen:** Este artículo tiene el objetivo de recurrir la historicidad de la metodología del Análisis del Discurso fundada por Michel Pêcheux para la comprensión y reflexión crítica de sus modos de hacer análisis, considerando la especificidad de la teoría en su implementación en el contexto francés, y su reformulación y desarrollo en el contexto brasileño. Como posible aplicación de los procedimientos metodológicos actualmente practicados en el área, el análisis del discurso feminista es desarrollado en la red social en línea. La discusión propone, entonces, que se trabajen los supuestos desarrollados en el ámbito de la teoría materialista del discurso entre los procesos de paráfrasis y polisemia. Con este estudio se observa que el AD parte de una concepción no-positivista de científicidad para definir sus procedimientos metodológicos.

**Palabras clave:** Análisis del Discurso. Metodología. Discurso Feminista.

## 1 INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso surgiu na França em um contexto efervescente de demanda por mudanças concretas no campo das ciências, sobretudo das ciências sociais e humanas, que tinham como modelo de análise da linguagem a linguística saussuriana e estruturalista, cujo objeto teórico, a língua, fora construído através de dicotomias excludentes. “As estruturas não vão às ruas”, diziam os cartazes dos manifestantes de Maio de 1968. Era preciso, então, ultrapassar a barreira da estrutura da língua e atingir o que “estava na rua”, que era a fala, o sujeito e o contexto que faziam a tal estrutura produzir sentido. Esses elementos tinham sido rejeitados pela linguística *stricto sensu* no momento de sua formulação, por serem considerados acidentais e assimétricos. Isso se explica porque, à luz de um pensamento positivista, era preciso buscar homogeneidade, unidade, regularidade e objetividade para fundar uma ciência autônoma.

Assim, a partir da publicação e divulgação do *Curso de Linguística Geral* (CLG), de 1916, instituiu-se a linguística como “ciência piloto”, produzindo o que Haroche, Henry e Pêcheux (1971, p. 25) chamam de “mito de uma ciência universal”. E é com base nesse “mito” que os estudiosos buscaram construir os novos métodos de estudos linguísticos, consagrando o termo *estrutura* como a palavra-chave de toda pesquisa científica. Segundo Conein et al. (2016 [1980], p. 322), o estruturalismo tinha habituado os pesquisadores da língua “a considerar o discurso como um interior (lugar do dizível e do sentido) rodeado por um exterior (lugar do indizível e do sem sentido)”. Eis a continuidade da dicotomia língua/fala estendida ao termo “discurso”, separando-o de sua exterioridade.

Entretanto, estudiosos da língua e do discurso consideraram necessário desfazer a fronteira entre interior e exterior, revelando a indissociabilidade entre discurso e

exterioridade. Neste grupo de pesquisadores inquietos com a fixidez das teorias linguísticas, estava o grupo do CNRS (Centre National de Recherche Scientifique) liderado pelo filósofo Michel Pêcheux, para quem a língua não podia ser separada da história e da ideologia que determinam a constituição das subjetividades e dos sentidos.

A questão de Pêcheux sempre foi explicar como as pessoas falam diferentemente (isto é, produzem diferentes sentidos) embora falem a mesma língua. O foco da AD é, portanto, os processos históricos de produção de sentidos, o que inclui os objetos teóricos de três áreas do conhecimento: a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Língua, história e sujeito são deslocados de seus campos originais para ressignificar em outro campo, produzindo uma reconfiguração de suas fronteiras de saberes. Esse deslocamento trouxe algumas consequências: uma foi a elaboração de um novo método, inalcançável em sua primeira concepção ou idealização; e outra, uma desconfiança do campo científico da reprodutibilidade de seu método, o que ocasionou uma significativa reformulação da teoria preliminar para sua própria permanência.

Neste artigo, buscamos traçar um caminho de reflexão sobre a metodologia da Análise do Discurso (AD) formulada por Michel Pêcheux e seu grupo e reformulada por Eni Orlandi e os atuais analistas de discurso de nossa conjuntura epistemológica. Para isso, percorreremos as três fases da AD francesa apontadas por Pêcheux ([1983]/1997) até atingir a fase atual, apresentando uma possível aplicação dos procedimentos metodológicos atualmente praticados na área.

## 2 A AAD-69 E A EMPREITADA DA MAQUINARIA DISCURSIVA

A virada na conjuntura cultural e intelectual pós-Maio 68 marca o fim da hegemonia da filosofia tradicional, para a qual o homem é um ser único, plenamente responsável por si e que descobre a realidade, por isso pode descrevê-la em um estudo científico que visa à busca do conhecimento verdadeiro. As releituras do CLG, segundo a filosofia marxista e a psicanálise lacaniana, promovem uma guinada nos estudos da linguagem, provocando até mesmo um certo “ódio teórico”, como diz Pêcheux (1998 [1981], p. 43), do formalismo estruturalista e gerativista. Essa aversão se explica pelo fato de que o corte epistemológico que constrói o conceito de língua como sistema de signos a separa de sua exterioridade que, em uma filosofia materialista, é considerada constitutiva. É preciso, portanto, construir um novo objeto apartado de correntes formalistas e empiristas.

Para se ocupar desse desafio, não faltaram iniciativas de construção teórica baseadas na crítica dos modelos postos, buscando um método inovador, que não fosse a análise linguística estendida ao exterior nem a análise de conteúdo reduzida às informações do texto. Do lado das correntes inovadoras, estava o grupo de Michel Pêcheux no CNRS, cuja diversidade das áreas era uma vantagem para a formulação de uma teoria sobre a linguagem enquanto *materialidade discursiva*, sendo o discurso materialidade fundamentalmente *ideológica*, “não individual, nem universal” (PÊCHEUX, 2009 [1975]).

Motivado pelas descobertas da informática, Pêcheux entendia que, para atingir o discurso sem a influência da interpretação do analista, seria apropriado desenvolver um mecanismo não-subjetivo de análise de textos. Por isso, a primeira empreitada foi a *Análise Automática do Discurso*, conhecida por AAD-69 (PÊCHEUX, 1997 [1969]), onde se buscou um método automático de análise de textos com a ajuda de programas de computador, cujo suporte lógico fornecia algoritmos específicos para a análise de cada *corpus*. O grupo trabalhou na formulação dessa prática teórico-metodológica entre o fim dos anos 60 e início dos anos 80, obtendo alguns avanços e muitas críticas durante a fase de sua validação.

O problema da AAD-69 foi que seu método de análise era desenvolvido ao mesmo tempo que seu objeto teórico. No início, Pêcheux compreendia o conceito de discurso de modo evidente, como dado concreto, e a ideologia nele materializada era vista como “sistema de marcas” ou “fundamentalmente como sistema de sinalização, de operações” (PÊCHEUX/HERBERT<sup>1</sup>, 1995 [1967], p. 78). Ora, para se compreender um sistema, é preciso definir suas regras, sua estrutura, seu modo de operação; para isso, em um primeiro momento, o modelo transformacional de análise do discurso de Zellig Harris foi útil.

O grupo de Pêcheux entendia que, para agregar à língua as condições de produção de seu sentido, não bastaria fazer-lhe um acréscimo de contexto, passando de um nível de análise fonológico, morfológico, ou sintático para um nível semântico. Seria necessária a formulação de uma nova teoria, com métodos próprios que revelasse de modo objetivo a relação da base estrutural linguística com sua exterioridade. Nessa fase de elaboração da teoria, o *Discourse Analysis*, de Harris (1969 [1952]), atraiu o grupo de Pêcheux como uma alternativa de vislumbrar a gramática relacionada à semântica.

O método de análise harrissiano fazia equivalências e combinações de elementos linguísticos, buscando ir além dos limites da frase e permitindo, até certa medida, relacionar língua e cultura, ou pelo menos, um conceito de língua e de cultura. Esse método serviu de modelo para a análise linguística efetuada na primeira etapa da AAD-69, quando, a partir de um *corpus* empírico de textos, eram produzidos conjuntos homogêneos de palavras organizadas em listas por equivalências/identidades. O trabalho sobre a estrutura linguística visava a atingir o processo discursivo entendido como uma “maquinaria discursiva”, ou, como caracterizou Pêcheux (1997 [1983], p. 312), mais tarde, “uma máquina estrutural fechada”, que abrigaria uma formação discursiva homogênea e estável.

A AAD-69 faz uma análise linguística prévia de enunciados elementares muito próxima aos esquemas-núcleos harrissianos, com a diferença de que a comparação regrada pelos programas experimentais<sup>2</sup> é feita entre vários textos que compõem o *corpus* discursivo, e não apenas de elementos internos a um mesmo texto. De acordo com

<sup>1</sup> Michel Pêcheux usou o pseudônimo Thomas Herbert em alguns textos dos anos 1967 e 1968, sobretudo aqueles em que se propunha a discussão sobre o conceito de ideologia.

<sup>2</sup> Como os programas preliminares da equipe TAL de Grenoble, a GRF; os programas redigidos em FORTAN IV por Duval, no CNRS, em Paris; os sistemas-Q de Colmerauer e Vauquois; as versões feitas em Algol W por Dupraz (de 1972) e o software DEREDEC desenvolvido por P. Plante da UQAM (de 1983).

Courtine e Marandin (2009 [1982], p. 35), o método da AAD-69 consistia em uma análise harrissiana “expandida”, em que se construíam “classes de equivalência distribucional, interpretadas como classes de paráfrase discursiva”. Essas classes de paráfrase eram o que constituía a base estável e homogênea das sequências discursivas retiradas do *corpus* de análise estabelecido por condições de produção igualmente estáveis e homogêneas.

Em 1971, Haroche, Henry e Pêcheux (2011) já apontam algumas dificuldades em trabalhar com o modelo harrissiano. Primeiro, por a análise se apoiar em um único texto; segundo, por a definição de equivalência não satisfazer a operação entre os textos que mais parecem “uma superposição de sub-sequências” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2011 [1971], p. 30) equivalentes pelo contexto e não pelo conteúdo textual. Também são feitas, além de substituições simétricas (dadas por identidade), as substituições não-simétricas (feitas por orientação). Além do mais, não se fala da ideologia na explicação dos determinantes das paráfrases, não há a explicitação do que “orientaria” essas equivalências. Até o momento, não são abordadas as formações discursivas para explicar os sentidos aproximados e os opostos, e sim os “domínios semânticos”, uma terminologia ainda do campo linguístico.

Segundo Guespin (1976, p. 3), Harris seduziu com seu pragmatismo, já que havia em seu método “uma adequação do novo objeto às ferramentas forjadas para o nível inferior da análise linguística”. Criticando a homogeneidade do método aplicado na AAD, o autor (GUESPIN, 1976) ressalta que uma teoria que analise o discurso não pode seguir modelos e tipologias, visto que as tipificações seriam “armadilhas que levam a simplificações precipitadas”, e afirma que o principal obstáculo da AAD estaria em “constituir o discurso pela enunciação do texto e não pelo texto ele mesmo” (GUESPIN, 1971, p. 6). Assim, discurso vai sendo entendido como um enunciado relacionado às suas condições de produção (enunciativas e históricas), porque, como afirma o próprio Guespin (1971, p. 6), o “nível do discurso é aquele onde linguística e sociedade se articulam”. Assumindo esse lugar de articulação, analistas passam a definir *discurso* como “um processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber, a materialidade linguística” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 179), ou seja, a base estrutural da língua, considerada por Pêcheux (2009 [1975]) como apenas relativamente autônoma, é considerada o ponto de partida para a análise do discurso. Então surge o interesse pela etapa de análise linguística com o enfoque nas relações sintáticas e sua relação com as condições de produção. O projeto metodológico buscava passar do discurso como objeto concreto ao discurso como objeto teórico, compreendendo os efeitos de sentido que constituem o processo discursivo.

Assim, a análise desenvolveu-se em três etapas: 1. Determinação das condições de produção sobre as quais se constrói o *corpus* discursivo ao listar uma família de superfícies linguísticas; 2. Representação de-superficializada do objeto *discurso*, ainda muito influenciado pelos níveis linguísticos de análise; 3. Produção de listas de palavras a partir do *corpus* discursivo que apontam os enunciados elementares e suas relações binárias tomadas como unidade de comparação. Nesta etapa, as comparações são feitas por sistemas lógicos experimentais de programação.

Em 1975, começam as primeiras reformulações da proposta teórico-metodológica preliminar, buscando efetivar a relação com a perspectiva materialista que nela estava ofuscada. Nessa tentativa, Pêcheux e Fuchs (1997 [1975], p. 180-181) justificam as etapas do método de análise experimental pela teoria dos esquecimentos. Os autores entendem

que a relação entre sujeito, ideologia e linguagem pode ser explicada por dois “esquecimentos” ou ilusões do sujeito discursivo: o esquecimento n.1 é aquele que diz que o sujeito “esquece” que não é dono de si e do seu dizer, ele é interpelado pela ideologia por meio do discurso em linguagem, e que, sendo assim determinado, é afetado pelo esquecimento n. 2 que produz a ilusão de controle sobre o seu dizer e sobre a interpretação do seu interlocutor, não entendendo que o sentido pode sempre desviar de suas intenções. Essas “ilusões” dizem respeito a uma releitura que Althusser faz da obra de Marx, trazendo a ideologia como o mecanismo de produzir a dissimulação das formações ideológicas na produção de imaginários, ou ainda, de mascarar o assujeitamento dos indivíduos, que é o próprio processo de constituir-se sujeito na linguagem. As etapas do trabalho de análise descritas mais acima buscam desfazer essas “ilusões”, revelando os efeitos da dissimulação ideológica. Para isso, fazem o caminho inverso: partem da superfície linguística para anular o efeito de literalidade e transparência da linguagem (daí a análise estrutural que dá visibilidade ao manejo da língua); para depois atingir o modo como a ideologia opera o “mascaramento” da interpelação, produzindo o efeito de evidência do sujeito e da linguagem (isso é feito através da combinação entre as formas de dizer, apontando para formações discursivas antagônicas que desnaturalizam os sentidos do enunciado elementar).

Apesar da recusa do formalismo, observamos que a proposta de 1975 continua realizando operações muito formais ao separar as etapas de análise e representar os processos de significação e os conceitos através de esquemas, como se elaborassem regras gerais. Isso fica visível na seleção de segmentos descontextualizados para explicar os procedimentos da etapa de análise linguística: “O Pedro dorme”; “Pedro come bife”; “Pedro se debruça na janela”; “Pedro parece estupefato”; “O chapéu é bonito”; “O chapéu é de Pedro”; “Pedro é professor”; “Pedro come com um garfo” etc. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 195). Observamos que não se sabe, afinal, em que contexto ele dorme ou come bife, em quais condições ele exerce sua profissão de professor para ficar estupefato, e se as sentenças apresentam relação entre si. Portanto, é feita uma análise apenas da superfície linguística para mostrar as relações de encaixe e combinação dos enunciados elementares, não havendo referência alguma ao extralinguístico nessas proposições.

Mais adiante, a explanação da análise linguística prossegue mostrando como se estabelecem as relações de dominância e equivalência entre os enunciados: “Parece-me que a igreja fica nas nuvens” está em relação enunciativa com “A igreja se esquece das dificuldades que são da vida”, que pode ser transformada em “A igreja se esquece dos problemas que são da vida” (1997 [1975], p. 196) por uma relação semântica de identidade. Isso é representado na figura (1) a seguir.

O esquema (Figura 1) é lido assim: “Parece-me QUE a igreja fica nas nuvens” equivale a “A igreja se esquece das dificuldades DT são da vida”, que equivale a “A igreja se esquece dos problemas DT são da vida”. E isso é representado por uma escrita parentética: “1 QUE (2 E ((3DT4) E (5DT6))” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 197). Essa representação dá visibilidade às relações binárias que serão aproveitadas para construir os algoritmos dos programas de análise automática que efetuarão a comparação dos textos constitutivos do *corpus* discursivo.

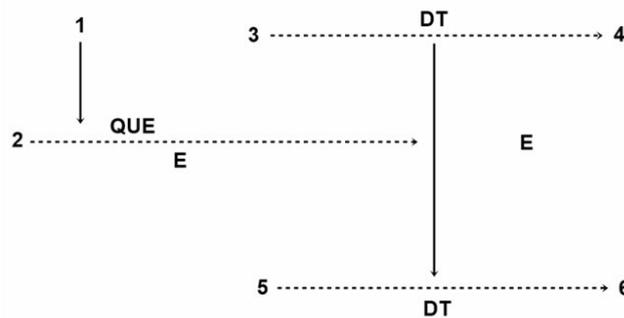


Figura 1 – Esquema retirado de Pêcheux e Fuchs (1997 [1975], p. 197)

Ao encerrar o capítulo da análise linguística, na seção 2.3 intitulada “Perspectives d’avenir” (Perspectivas para o futuro)<sup>3</sup>, os autores fazem apelo a uma análise linguística que possa produzir uma “gramática de reconhecimento da língua francesa” com a ressalva de que esta seja oposta à gramática tradicional, isto é, que aborde a linguagem em seu funcionamento enunciativo/discursivo. Para isso, propõem três níveis de análise linguística para a 1ª etapa da AAD: 1. Nível morfosintático, 2. Nível semântico-formal, 3. Nível enunciativo (onde as marcas enunciativas seriam recuperadas pela relação com o “eu-aqui-agora”). Podemos pensar que há uma contradição com a proposta de não separar a análise por níveis como se o discurso viesse por acréscimo. Entretanto, os autores (PÊCHEUX; FUCHS, 1975) enfatizam que o objetivo não é percorrer critérios puramente linguísticos, mas formular, de fato, uma articulação entre linguística e teoria do discurso. Acreditavam, como Courtine (2009 [1981]), que há uma determinação ideológica das formas sintáticas no intradiscurso. Trata-se de uma determinação que não é dada pelas relações internas somente, mas caracteriza “a posição no saber da FD que domina essa sequência de elementos, da qual esta ou aquela formulação constitui uma reformulação sintaticamente marcada” (COURTINE, 2009 [1981], p. 165). O risco dessa proposta é submeter a ordem do discurso à organização da língua ou o inverso.

Além disso, a proposição de uma “gramática” como algo para o futuro da Análise do Discurso revela o quanto os analistas daquele contexto ainda estavam afetados pela objetividade científica, ao ponto de propor regras generalizantes para representar o discurso. A ilusão de controle e domínio dos processos discursivos não deixa de ser um efeito do esquecimento 2, que pressupõe uma “ilusão de transparência do discurso” como se os discursos “falassem por si próprios”, bem como criticou Courtine (2009 [1981], p. 160). O desafio na construção dessa gramática estava em não dissociar a forma do discurso de seu conteúdo, sem que isso acabasse por anular a materialidade linguístico-social.

A armadilha desta empreitada seria cair no empirismo ou no idealismo, então Pêcheux (1997 [1983]), reafirmando sua base filosófica e militante, renuncia à insistência na automatização da maquinaria discursiva, entendendo serem necessárias reformulações no método da AAD-69: primeiro ao propor análises em parte manuais, para depois

<sup>3</sup> Tradução nossa, tendo em vista que essa seção não consta na tradução da obra publicada pela Editora da Unicamp até sua 3ª edição de 1997.

inquieta-se com o próprio projeto teórico-metodológico, expondo a emergência de uma revisão de seus fundamentos em um texto de 1982, intitulado “Só há causa aquilo que falha”. Entretanto, como observa Maldidier (2003 [1990]), Pêcheux nunca abandonou totalmente o dispositivo experimental; para ele havia esperança na utilização da informática em um método de análise do discurso, mesmo que não fosse plenamente automático. Além disso, em 1983, acabava de ser desenvolvida a última versão do programa DEREDEC<sup>4</sup>, cujos testes iniciais pareciam proceder melhor na construção de sequências homogêneas de primeiro nível que os dispositivos anteriores (LECOMTE; LÉON; MARANDIN, 1997 [1984]).

Por fim, a aparente arbitrariedade na delimitação do espaço discursivo e a reprodutibilidade do método de análise são os principais obstáculos enfrentados pela AD francesa para se consolidar no cenário científico da época. Como não se comprovou a possibilidade em reproduzir o mesmo percurso de análise a todos os *corpora*, instalou-se a insegurança nos analistas em firmar a base teórica da AAD. Apenas quando o grupo reviu seus pressupostos teóricos e propôs-se a se mover “espiralmente” entre análise discursiva e formulação teórica é que pôde encontrar novos rumos.

### 3 O VISLUMBRE DE UM OBSERVATÓRIO DE DISCURSO

Em um texto para o colóquio *Matérialités Discursives* de 1980, Courtine e Marandin (2016, p. 37) criticam o dispositivo experimental da AAD da seguinte forma: “Laborioso percurso daquele que se obstina a podar as asperezas discursivas, a suturar as falhas que pairam em todo discurso, a plainar de um lado, a preencher de outro; a fazer de todo discurso um corpo pleno e uma superfície plana”. E observam que as falhas da AD ocorrem por não considerarem a heterogeneidade da noção de *formação discursiva* (FD), já que seu fechamento é instável ou apenas provisório.

Entre os analistas do CNRS, nesse momento, parece haver uma compreensão comum de que são as formações ideológicas (representadas na linguagem pelas FDs) que definem a regularidade de cada discurso. Se, na fase inicial da AD, estabelecer os *corpora* de análise e definir os limites das FDs não era uma operação confortável ou causava desconfiança nos linguistas, agora *heterogeneidade* aparece como palavra-chave na teoria discursiva, o que desfaz as ilusões de que podemos homogeneizar e controlar os discursos. O trabalho de pesquisa de Jean-Jacques Courtine (2011 [1981]), orientado por Pêcheux e influenciado teoricamente por Foucault, dá um aporte mais seguro para analisar a *dispersão*<sup>5</sup> do discurso.

Com a apropriação da teoria foucaultiana, começamos a vislumbrar a possibilidade de fazer análise em uma abordagem propriamente discursiva. A análise linguística na AD passa a ser o trabalho de mobilizar aspectos enunciativos da linguagem em prol da compreensão do processo discursivo, e não da regulação de seus elementos na sua

<sup>4</sup> Desenvolvido por P. Plante da UQAM, em Montreal, e divulgado na França em março de 1983 pela revista *Mots* n. 6.

<sup>5</sup> Termos como dispersão, descontinuidade, regularidade, heterogeneidade, são oriundos de *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault (1995 [1969]).

organização sintática. Nessa nova perspectiva, a noção de maquinaria é afastada, e a FD passa a ser delimitada por sua relação com o interdiscurso, tendo em vista que este é o que regula suas fronteiras “em função das questões da luta ideológica” (COURTINE; MARANDIN, 2016 [1980], p. 39)<sup>6</sup>.

Haroche, Henry e Pêcheux (2011 [1971]) já explicavam como poderia ser construído o *corpus* discursivo, afirmando ser composto por textos representativos de um certo estado de condições de produção que caracterizariam uma determinada formação discursiva. O que é questionado neste procedimento metodológico é o fato de haver uma decisão teórica extralinguística pela qual se operaria a constituição do *corpus*. Essa decisão não é arbitrária, mas se faz pela interpretação do analista das condições de produção, relacionando previamente os enunciados que comporiam os “domínios semânticos” das sequências discursivas de referência. Entender que esse procedimento não é uma falha da metodologia, mas a compreensão do real da linguagem e do discurso, é o que distingue o dispositivo como “observatório de discursos” (MARANDIN 2010 [1990], p. 123) do método experimental da AAD-69.

Como exemplo de aplicação do dispositivo de observatório citamos os trabalhos de pesquisa “A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: 3 organizações estudantis em 1968” (1973) de M. Pêcheux e J. Wesselius; “O caso Fiszbin’: um exemplo de resistência”, de J. Guilhaumou e D. Maldidier (2009 [1980]), e “Análise do Discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos” de J. Courtine (2011 [1981]). Nessas análises, percebe-se a superação do entrave do modelo harrissiano e a articulação da linguagem com a história e a ideologia através os conceitos de *condições de produção e formação discursiva*. As análises buscam relacionar os elementos linguísticos às suas condições de uso, mostrando a relação entre as equivalências, substituições e outras estratégias linguísticas com as determinações ideológicas da produção de sentidos.

Esses trabalhos vêm no compasso da “mudança de terreno” pensada a partir da proposição de que não se deve simplesmente “invadir” a linguística com o conceito de ideologia como observam Haroche, Henry e Pêcheux (2011 [1971], p. 15). O trabalho pressupunha a construção de uma nova semântica que não fosse um nível acrescido aos demais níveis de análise linguística. A esta nova perspectiva de análise os autores chamam de *Semântica Discursiva*.

A Semântica Discursiva é formulada em *Les vérités de la Palice*, principal obra de Michel Pêcheux (2009 [1975]), onde o autor define os conceitos da teoria a partir de um percurso do pensamento filosófico sobre a linguagem. Observamos, neste livro, o amadurecimento da AD, agora desvencilhada de sua pretensão “automática” com a análise transformacional que lhe dava aparência de uma “gramática ideológica”. Entretanto, a obra não faz revisão da metodologia de análise, não há propostas alternativas para se analisar o discurso. O silêncio quanto aos procedimentos metodológicos é indício de que Pêcheux concluiu que, antes do método, era preciso dar consistência à teoria que

---

<sup>6</sup> A possibilidade de o interdiscurso introduzir saberes de outras FDs na FD em que se inscreve o sujeito faz com que Courtine (2009 [1981]) se aproprie de outro conceito de Foucault, o de posição-sujeito, que marca essa presença de saberes/sentidos que vêm de fora sem que o sujeito se desidentifique da FD que determina seu dizer.

lhe dá suporte. Esse percurso das revisões seguiu na prática com os trabalhos de análise os quais passaram a considerar a constituição do *corpus* discursivo como um princípio para a regularidade discursiva, mais do que a sintaxe linguístico-enunciativa.

De forma resumida, as etapas de análise empregadas por Courtine (2009 [1981]), para constituir o *corpus* discursivo são: 1. Determinação das condições de produção do discurso para organizar as sequências discursivas (SDs)<sup>7</sup> coletadas dos textos com o propósito de operar o fechamento<sup>8</sup> metodológico de um espaço discursivo, ou seja, determinar sua formação discursiva (FD); 2. Operações de segmentação dentro do *corpus* para formar unidades lexicais, os termos-pivôs (“mots-pivots”) ou palavras-polo (p.77) que formam as redes de formulações de dentro das formações discursivas; 3. Análise por contraste, observando a relação da FD com o interdiscurso. Nessa última etapa, apontam-se as formulações “que se opõem, se respondem, se citam” em determinadas circunstâncias enunciativas, o que permite compreender o antagonismo entre FDs.

Constituído o *corpus* discursivo, pode-se realizar a análise das operações de manipulação da linguagem, desvelando suas evidências de sentido a fim de dar visibilidade às “contradições ideológicas de classe em uma conjuntura histórica” (COURTINE, 2009 [1981], p. 108). A regularidade do processo discursivo é compreendida a partir das condições de produção que configuram o conjunto de SDs do *corpus* a ser analisado.

Apenas é possível promover uma mudança sobre o método de análise do discurso se prevermos também uma mudança na percepção do objeto que lhe dá suporte, a língua. Pêcheux (1998 [1982]) traz, entre outras referências, *O amor da língua*, de Jean-Claude Milner, e *Tricher la langue* (Trapacear a língua), de Françoise Gadet, para falar de uma língua cuja estrutura comporta o jogo, uma estrutura que não é apenas norma, mas também poesia, falha, engano:

Tentar pensar a língua como espaço de regras intrinsecamente capazes de jogo, como *jogo sobre as regras*, é supor na língua uma ordem de regra que não é nem lógica, nem social: é levantar a hipótese de que a sintaxe, como espaço especificamente linguístico, não é nem uma máquina lógica [...], nem uma construção fictícia de natureza metalinguística [...]. (PÊCHEUX, 1998 [1982], p. 53-54).

O olhar do analista se volta, portanto, a essa língua mais fluida cuja sintaxe acompanha o fluxo do jogo; isso demanda uma análise menos regrada, que dê visibilidade a esse jogo da linguagem e mostre seus efeitos para desvelar suas evidências.

Na posição formalista da linguagem, a regularidade é tomada como lei a se submeter, já a AD vai propor a reflexão sobre a própria noção de *regularidade*, revendo seu aspecto doutrinário com leis ou normas, para trazer a relatividade da estrutura como sendo mais ou menos estável. O regular é aquilo que se repete, processos regulares são

---

<sup>7</sup> Courtine (2009 [1981], p. 55) define sequências discursivas como sendo “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”, ao mesmo tempo que alerta para a variação de sua natureza e forma dos materiais coletados, o que nos permite entender que outras formas materiais, como a imagem, podem constituir uma SD.

<sup>8</sup> Fazemos a ressalva, juntamente com Marandin (2010 [1990], p. 138), de que esse fechamento é um “fecho operacional”, e não diz respeito a uma característica da linguagem.

aqueles que tomam “certa direção”, orientados por determinações ideológicas, mas que podem se transformar, mudar de orientação conforme o interdiscurso.

Se, de acordo com Gadet (2016 [1980]), nem a língua é rígida por leis infalíveis, então nos indagamos: como o discurso constituído pelo exterior teria uma regularidade estável e homogênea? Portanto, a imobilidade cede lugar ao movimento, sentidos sempre podem ser outros, nos ensina Pêcheux (1990 [1983]). A AD não pretende, portanto, formular regras para o discurso, controlar a produção de sentidos, mas *compreender* o curso natural (que é social e ideológico) do discurso como “linguagem no mundo” ou “palavra em movimento” como escreve Orlandi (2002, p. 15).

Assim, chegamos à terceira fase da AD francesa com o “batimento” ou “alternância” entre descrição e interpretação (PÊCHEUX, 1990 [1983], p.54), onde se reconhece que o analista também interpreta; não há mais apelo à objetividade, visto que se considera, na prática analítica, a especificidade do objeto teórico que funciona como estrutura e como acontecimento. A proposta de Pêcheux (1990 [1983]) é, então, fazer a descrição da materialidade significante em alternância com a interpretação, ou compreensão como Orlandi (2007) prefere, do processo discursivo. Não há mais níveis de análise, nem etapas pré-definidas, há um objeto a ser explorado, e a partir dele, se constrói os caminhos tendo por norte a teoria.

Essa prática de análise Pêcheux (2011 [1981], p. 16) denomina “leitura-trituração”, que significa que, como o sujeito não apreende o real tal como é, “o impossível de ser atingido” (PÊCHEUX, 1990 [1983]), ele precisa operar “cortes, extrações, deslocamentos e aproximações”, produzindo, em sua leitura, um recorte, um efeito de sentido. O trabalho de análise é, portanto, entendido “não mais como uma leitura/interpretação em que se misturam o ver e o entender (de um sentido através de uma sequência textual), mas trabalho no sentido de trabalho filosófico” (CONEIN et. al. 2016 [1980], p. 323-324), isto é, de análise e teorização.

É desse ponto da conjuntura epistemológica da AD Francesa que partem os trabalhos de Eni Orlandi, o que possibilitará o desenvolvimento de uma Análise do Discurso no Brasil sem a inquietação com o reconhecimento “científico” (científico-positivista) da teoria, posto que a própria concepção de ciência na qual a teoria está calcada é diferenciada.

#### 4 O DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO DA ANÁLISE DO DISCURSO BRASILEIRA: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE

Uma concepção diferenciada de ciência demanda, então, um método de pesquisa que se distancie da ciência positivista, pois, “por ela [AD] ser uma disciplina não-positiva, sua forma de lidar com a metodologia lhe é muito peculiar” (INDURSKY, 2011, p. 329). O início da presente seção toma como ponto de partida a configuração dos estudos em Análise do Discurso desenvolvidos no Brasil, a partir, principalmente, do trabalho teórico de Eni Orlandi, responsável pela inserção e reprodução dos estudos em AD por aqui. Faz-se relevante, então, trazer uma citação da autora sobre o tema. Orlandi (2005, p. 76) diz:

Finalmente, e isto é o mais importante, podemos reconhecer nos estudos e pesquisas sobre o discurso uma filiação específica que teve como um de seus fundadores Michel Pêcheux e que se desenvolveu mantendo consistentemente certos princípios sobre a relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessa relação. E aí podemos falar de como os estudos e pesquisas da análise de discurso, dessa filiação, se constituíram com sua especificidade no Brasil, na França, no México etc., tendo no Brasil um lugar forte de representação. A isto podemos chamar Análise de Discurso Brasileira.

No mesmo texto, a autora afirma que não se trata de pensar como o Brasil leu Michel Pêcheux, mas, sim, como o recebeu. Desse modo, a relação é de fidelidade teórica, mas não de submissão (FERREIRA, 2008). Além de propiciar a ocupação de um local no âmbito dos Estudos da Linguagem para uma Análise do Discurso Brasileira, baseada nos pressupostos pecheutianos, Orlandi (2005) salienta que sua filiação específica desenvolveu-se com base em princípios sobre a relação entre língua e ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessa relação. É nesse ponto que podemos começar a teorização sobre como os procedimentos metodológicos são articulados nos estudos desenvolvidos no Brasil. O conceito que permite o desdobramento desses estudos é o próprio conceito de discurso, entendido na relação entre língua e ideologia; conforme a autora, a partir de suas leituras de Pêcheux, “vamos definir diretamente o discurso como efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 1994, p. 52).

A delimitação do discurso como objeto teórico, compreendido como *efeito de sentido entre locutores*, permite um desdobramento nos estudos discursivos brasileiros. Tem-se, então, a possibilidade de outras materialidades constituírem o *corpus* das pesquisas, pois não se compreende somente a língua como efeito do trabalho da ideologia. Todas as formas de existência material, incluindo aí materialidades não linguísticas, como imagens, são passíveis de análise pela perspectiva discursiva. Contudo, essas análises de materialidades outras devem se respaldar em um mecanismo metodológico que operacionalize o *corpus* analisado de forma a não restringir a pesquisa a uma análise de conteúdo ou a uma simples descrição da forma material observada. É daí que partimos para a maneira como a teoria não-subjetiva da subjetividade realiza a leitura dos diferentes objetos com os quais o analista se depara. O conceito de discurso, então, passa a ser aplicado a outras materialidades. Essa ampliação permite a instauração de efeitos nos procedimentos metodológicos a partir das reflexões brasileiras.

A presente seção não tem a pretensão de oferecer ao pesquisador modelos para a metodologia em Análise do Discurso; tal feito jamais poderia ser parte de um estudo que se situe nesse âmbito dos Estudos da Linguagem, considerando a relativização dos processos de descrição e interpretação do *corpus*, os quais dependem intimamente das condições de produção do discurso. É assim que o método em Análise do Discurso se caracteriza como não pronto, tampouco reproduzível. Segundo Orlandi (2003, p. 9-10), “como sabemos que Teoria, Método, Procedimentos Analíticos e Objeto têm uma relação imanente, ao falar desse objeto, ele [Michel Pêcheux] só podia fazê-lo pela construção da teoria e do método”. O método é sempre passível de questionamentos e de reformulações, os quais dependerão do processo dialético entre análise e teoria. É assim que a autora complementa que a análise precede a própria teoria: “é porque o analista tem um objeto

a ser analisado que a teoria vai-se impondo. Não há uma teoria já pronta que sirva de instrumento para a análise” (ORLANDI, 2003, p. 10).

A partir desta etapa do texto, apresentaremos um breve exercício de análise que se entrelaçará às nossas explicações sobre o tema em destaque. Isso será feito considerando a impossibilidade de dissociarmos objeto, método, teoria e análise nas discussões em Análise do Discurso. Primeiramente, podemos dizer que, tal como reportado por Pêcheux (1990 [1983]) sobre o *real*, há ocasiões em que o analista se depara com o seu objeto de análise, tropeça nele, ou seja, ao perceber a especificidade de determinada materialidade em certas condições de produção do discurso, o analista observa a possibilidade de essa materialidade ser objeto de discussão pelo viés da teoria materialista dos sentidos. Essa, então, é uma das formas como o processo analítico pode começar: o encontro entre o olhar atento do analista com algo que parece estabelecer uma relação específica com a ideologia.

No entanto, no âmbito da pesquisa em Análise do Discurso, os projetos desenvolvidos nas instituições de ensino superior brasileiras definem seus objetos de estudo a partir da consideração de condições de produção específicas que podem configurar certas formações discursivas. A fim de analisar o funcionamento do discurso, por exemplo, no enunciado *Lugar de mulher é onde ela quiser*, o analista mobilizaria elementos para compreender como ocorre o processo de produção de sentidos nesse enunciado, e como as evidências estão ali operando materialmente para configurar a FD a partir da qual ele é produzido.

Após a explanação inicial, é necessário delimitar tanto o tema da pesquisa quanto as condições de produção do discurso no tempo e no espaço. Uma possibilidade seria especificar a pesquisa à formulação do enunciado nas redes sociais *online*, restringindo a análise a páginas do Facebook com um grande número de seguidores, como *Socialista Morena* ou *Empoderar duas mulheres*, compondo, assim, o arquivo de análise. A pesquisa assim delimitada precisaria, necessariamente, acionar um referencial teórico envolvendo a quarta onda do feminismo, a qual diz respeito ao ressurgimento do interesse pelo feminismo associado às redes sociais *online*, através, principalmente, da implementação de políticas públicas específicas para mulheres, proporcionando uma maior abrangência do movimento e sua horizontalização (MATOS, 2010). É por isso que identificamos, a partir do enunciado em análise, efeitos das práticas vinculadas à quarta onda na forma como o discurso feminista tem se materializado. Tal resgate contribui para a configuração das condições de produção do discurso, podendo ser compreendido como o resgate das “condições de produção amplas”, conforme teorização de Orlandi (2002, p. 30), englobando, portanto, o contexto sócio-histórico-ideológico.

Um terceiro momento do desenvolvimento teórico-metodológico acolhe a constituição do arquivo da pesquisa. É a etapa da coleta bruta dos textos que poderão servir de base para o desenvolvimento da análise. Assim, acessando as páginas do Facebook referidas acima, a partir dos textos que nela foram publicados, são selecionados aqueles que irão compor o arquivo da pesquisa, ou seja, o conjunto de documentos sobre o tema da pesquisa (cf. PÊCHEUX, 2010 [1982]).

Paramos um pouco neste ponto. É importante aqui enfatizar o caráter material que constitui a Análise do Discurso, o que, em poucas palavras, significa que todo o processo

analítico não parte da teoria, mas, sim, da *práxis*. Então, nosso dispositivo teórico-analítico se coloca no avesso do idealismo, encontrando o funcionamento ideológico a partir daquilo que se coloca materialmente. Conforme diz a própria Orlandi (2003, p. 12), “não se parte dos sentidos produzidos, observa-se o modo de produção de sentidos e da constituição dos sujeitos”. É por isso que somente o *corpus* em análise poderá indicar quais são os elementos teóricos que serão efetivamente articulados no processo dialético entre teoria e análise, entre descrição e interpretação. Assim, após a delimitação do arquivo, passa-se à constituição do *corpus discursivo*, ou seja, o analista considera as materialidades presentes no arquivo para delimitar o que efetivamente comporá a análise – momento crucial para a prática de pesquisa em Análise do Discurso.

Na quarta etapa de nosso exercício de análise, chegamos à “leitura-trituração” do material coletado. É quando o analista seleciona, a partir do arquivo, as sequências discursivas que comporão a pesquisa de fato, ou seja, há uma seleção de textos, enunciados ou marcas linguísticas que serão articulados à teoria da AD. Tal momento é definidor para a condução da pesquisa, pois o “recorte” do *corpus* discursivo depende de um gesto de interpretação do analista. O recorte, entendido como uma construção, ou seja, como uma “unidade discursiva que se constitui de fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação” (ORLANDI, 1986, p. 121), será a materialidade a partir da qual a análise será desenvolvida, contribuindo para a compreensão do funcionamento discursivo e, também, para o aprofundamento da relação entre teoria e análise. É a partir da operação de recorte que se extraem as sequências discursivas que comporão o *corpus* de análise.

Para proceder ao recorte, trazemos o respaldo teórico da proposta de Ernst-Pereira (2009), para quem podem ser empregadas três categorias analíticas no processo de sua constituição: a falta, o excesso e o estranhamento. A falta consiste “1) na omissão de palavras, expressões e/ou orações [...] que podem (ou não) ser resgatadas pelo sujeito-interlocutor; 2) na omissão de elementos interdiscursivos que são esperados, mas não ocorrem e podem (ou não) ser percebidos pelo sujeito-interlocutor” (ERNST-PEREIRA, 2009, p. 4); o excesso diz respeito àquilo que está demasiadamente presente no discurso (incisas e reiteração incessante, por exemplo); e o estranhamento revela o conflito entre formações discursivas e apresenta elementos intra e interdiscursivos da ordem “daquilo que se situa *fora* do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significante, marcando uma *desordem* no enunciado” (ERNST-PEREIRA, 2009, p. 5).

No material coletado das páginas do Facebook, ressoa o enunciado “Lugar de mulher é onde ela quiser”, que chama a atenção pela estratégia discursiva do estranhamento. Estamos caminhando, então, da superfície linguística para o objeto discursivo, no qual já está considerado o esquecimento nº 2. É nesse ponto, identificado pelo estranhamento, que começamos a operacionalizar um recorte que servirá de base para a discussão, conforme será abordado a seguir, chegando ao quinto passo da análise, na qual se articula a sequência discursiva à teoria da AD.

As estratégias da falta, do excesso e do estranhamento, as quais operam como materialidades que apontam para o funcionamento da ideologia e, também, para a configuração das formações discursivas envolvidas no processo de interpelação ideológica, podem fornecer alguns questionamentos ao analista, tais como: Como se produzem os sentidos nessa configuração discursiva? Como se configura a formação

discursiva que organiza esses saberes e permite sua reprodução ou transformação? Tem-se, então, um momento de questionamento, movimentando o processo dialético entre análise e teoria. Essas perguntas surgem quando o analista se depara com determinada materialidade, cujo funcionamento discursivo será objeto de aprofundamento.

É assim que podemos recorrer, neste momento, à “caixa de conceitos” da Análise do Discurso (FERREIRA, 2003), estabelecendo, a partir daquilo que o *corpus* apresenta, os elementos teóricos que poderão fazer parte do processo analítico. Nesta fase, funcionam concomitantemente a seleção dos recortes discursivos e a operacionalização dos conceitos.

Temos, no processo de análise, os pressupostos fundamentais de que uma análise linguística imanente não dá conta do processo de produção e circulação dos sentidos (ORLANDI, 2008) e de que a análise deve relacionar a língua às suas condições de produção, chegando, então, ao funcionamento discursivo (PÊCHEUX 1997 [1969]). Quando nos deparamos com um enunciado como “Lugar de mulher é onde ela quiser”, precisamos desatar os nós que o estruturam para relacioná-lo com seu funcionamento discursivo. E é aí que o analista passa a fazer perguntas, ao invés de propor respostas. Conforme Indursky (2011, p. 329), “o *funcionamento linguístico* é pressuposto, mas precisa ser ultrapassado para chegar ao *funcionamento discursivo*”.

Passamos, então, a um sexto momento da análise, no qual descrevemos a estrutura da sequência recortada. O enunciado aqui trazido pode remeter a um enunciado proveniente de outra formação discursiva. A formulação apresentada possui uma estrutura sintática composta por um período simples formado por predicado nominal: “Lugar de mulher é...”. O sintagma nominal “lugar de mulher” funciona como o núcleo de uma sequência linguística que é completada por um complemento que indica ao mesmo tempo uma atribuição de valor ao sintagma nominal (que lugar é esse) e uma circunstância de lugar (qualquer um que queira). O enunciado que circula em páginas do Facebook ditas feministas opera um deslocamento quanto a um enunciado anterior, cuja constituição se dá a partir de outro complemento que determina o lugar para mulher na sociedade: na cozinha, no lar, ou ainda indicando ações: cuidando da casa, dos filhos etc. A sequência “onde ela quiser” substitui, polissemicamente, as sequências citadas como resposta à FD machista que restringe as potencialidades das mulheres ao labor doméstico.

Tem-se, portanto, de um lado, a possibilidade de a mulher escolher qual espaço que ela deseja ocupar (cozinha, trabalho, universidade, lar...); de outro, a determinação de um espaço específico que deve servir de lugar para as mulheres, o espaço privado, doméstico, típico de uma sociedade patriarcal e machista. É por isso que estamos falando que o responsável pela constituição do *corpus* discursivo é a categoria de estranhamento: é a partir da subversão de um enunciado tido como pronto e reproduzível no seio da nossa formação social que conseguimos acessar o rompimento com um já-dito, com um pré-construído, ou seja, com algo compreendido como evidente, para subverter esse funcionamento e instaurar um novo funcionamento discursivo.

Depois de constituído o *corpus* discursivo, resta executar a passagem do texto ao discurso, mesmo reconhecendo que, sempre que se fala em funcionamento linguístico, se fala em funcionamento discursivo (e vice-versa). No entanto, a ênfase passa a ser nas Formações Discursivas (FDs), seguindo a teorização proposta por Orlandi (2002). Esse

movimento dialético é feito através da descrição-interpretação dos elementos materiais observados: palavras, expressões, proposições que indicam a filiação a certa região de saberes, ou seja, a certa formação discursiva. O trabalho é realizado em uma alternância entre descrição e interpretação, expondo o texto à sua opacidade (PÊCHEUX, 1990 [1983]), na relação entre o dito e o não-dito. Nesse sentido, todo dizer é entendido como heterogêneo, pois é constituído na contradição dos processos discursivos. Os saberes de outra FD determinam a configuração daquela a partir da qual foi possível dizer x. A necessidade de se trabalhar com o conceito de FD, segundo Indursky (2007, p. 9), tem relação com o que segue:

[...] trabalhar com uma FD dotada de tais características coloca o analista de discurso face à agitação e tensão dos sentidos de um domínio de saber e seu gesto de individualização de uma FD consiste já em um gesto de interpretação analítica. Este momento se constitui em um gesto metodológico.

Dizer que existe uma “substituição polissêmica” é partir da diferença entre paráfrase e polissemia operada por Eni Orlandi, da qual não se separa uma reflexão sobre o efeito metafórico. Para, então, chegar ao funcionamento das FDs, e, por fim, ao processo discursivo, através da atuação das formações ideológicas, precisamos tecer a confrontação entre as FDs que determinam aquilo que é dito. A confrontação com esses dizeres funciona para questionar a obviedade da formulação, apontando outras formas de discursividade e de pontos de vista, que implicam, muitas vezes, formações ideológicas distintas. Voltando à nossa materialidade, observamos que a FD à qual se o enunciado em questão constrói discursivamente uma nova imagem para a mulher: a de mulher livre, dona de si, do seu corpo, das suas atitudes, possuindo as mesmas capacidades que o homem etc. Esses novos sentidos para mulher são fruto do processo polissêmico que opera o rompimento com a FD machista, que não reconhece as potencialidades femininas além do lar. Empoderamento e liberdade são as palavras-polo desse discurso nas páginas destacadas e repercutem na rede virtual de diferentes modos, em distintas formulações linguísticas e não linguísticas.

A oposição instaurada aqui se dá, então, entre uma formação discursiva de determinação machista em oposição a uma formação discursiva de determinação feminista, para chegarmos, enfim, ao processo discursivo, ou seja, ao modo como o sentido é produzido. As formações discursivas colocam uma regularidade: “a ideia de regularidade (que visa distinguir-se da regra categórica) deve ser referida ao que definimos mais acima, como formação discursiva” (ORLANDI, 1986, p. 122). Em nossa análise, a regularidade do discurso feminista se faz pela reprodução dos sentidos de empoderamento e liberdade na FD, que determina o que é possível dizer sobre uma mulher, isto é, que ela pode fazer o que quiser, ao mesmo tempo que rejeita enunciados sobre a opressão e inferioridade das mulheres. Reconhecemos, mesmo assim, que todo esse processo se dá de forma heterogênea, instável, dependente das condições de produção do discurso e da relação da FD com o interdiscurso.

Em suma, as etapas de nosso percurso de análise foram: 1º Definir o objeto de análise, 2º Delimitar o tema da pesquisa e as condições de produção no tempo e no espaço; 3º Constituir o arquivo da pesquisa; 4º Constituir o *corpus* discursivo (através das

categorias de falta, excesso e estranhamento); 5º Recortar a(s) seqüência(s) discursiva(s) e articulá-las ao escopo teórico do dispositivo; 6º Descrever a estrutura, o funcionamento linguístico; e 7º Verificar a tensão entre paráfrase e polissemia, relacionando-a ao funcionamento das formações discursivas, o dito e não-dito.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão proposta neste artigo, percebemos que as condições de produção do dispositivo teórico-metodológico da AD francesa e da AD brasileira determinam o modo como os analistas concebem a regularidade do objeto *discurso*. Na França, a AD voltou-se aos métodos de análise da língua para entender como o discurso se comportava como uma estrutura. Adotou uma prática de análise até mesmo formal, o que implica dizer que, enquanto buscava o rompimento com as áreas tradicionais de conhecimento, precisou trabalhar parafrasticamente seus pressupostos até aderir ao processo polissêmico na produção da base teórico-metodológica. No Brasil, a AD já parte da heterogeneidade constitutiva do discurso e da língua, o que possibilitou o reconhecimento de seu método não-positivista e o desenvolvimento da teoria na característica de entremeio.

O fato observável dos processos discursivos é que sentidos se repetem em enunciados postos de formas diferentes, afirma Marandin (2010 [1990], p. 120): “o discurso é um processo de produção do sentido”. A questão da AD, segundo o autor (MARANDIN, 2010 [1990], p. 120) é: “como se produzem os sentidos?”. Compreender a especificidade do discurso na produção de sentidos é a função da AD. E isso implica reconhecer suas regularidades e modos de transformação. O curso do dizer na sociedade envolve, portanto, a reprodução dos modos de produção dos discursos, bem como sua transformação conforme demonstramos com a análise do discurso feminista. A AD se ocupa em entender esses processos de reprodução/transformação da linguagem em sua circulação social.

Nas práticas de análises atuais, o que ficou da proposta francesa foi o terceiro caminho, o da análise como batimento entre descrição e interpretação, tendo em vista que não basta saber o que o texto diz, mas como diz, ou seja, como funciona discursivamente. E esse percurso é o que nos leva a compreender a regularidade e a dispersão dos processos significativos. Assim, as questões metodológicas para a AD seriam: o que determina a regularidade de um discurso? De que modo as formações discursivas, que reúnem as unidades linguísticas em “matrizes de sentidos”, delimitam os espaços significantes? Como essa formação discursiva trabalha a reprodução/transformação do discurso?

Acreditamos que essas questões sejam comuns aos procedimentos de análise de discursos hoje. E por fim, considerar que cada objeto de análise apresenta sua especificidade é o ponto principal da formulação do dispositivo teórico-analítico, sendo este fundamental para o trabalho de análise enquanto um trabalho filosófico.

## REFERÊNCIAS

- CONEIN, B. et al. (1980). A fronteira ausente: um balanço. In: CONEIN, B (Org.). *Materialidades discursivas*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016. p. 321-328.
- COURTINE, J.-J. (1981). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Trad. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2009.
- COURTINE, J.-J.; MARANDIN, J.-M. (1980). Que objeto para a Análise do Discurso? In: CONEIN, B. et al. (Org.). *Materialidades discursivas*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016. p. 33-54.
- ERNST-PEREIRA, A. G. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4., 2009, Porto Alegre, RS. *Anais do IV SEAD...* Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br>>. Acesso em: 17 maio 2016.
- FERREIRA, M. C. L. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 189-200, 2003.
- FERREIRA, M. C. L. Os desafios de fazer avançar a Análise do Discurso no Brasil com singularidade e liberdade. *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 135-143, jul./dez. 2008.
- FOUCAULT, Michel. (1969). *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GADET, F. (1980). Trapacear a língua. In: CONEIN, B. et al. (Org.). *Materialidades Discursivas*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016. p.185-199.
- GUESPIN, L. Problématique des travaux sur le discours politique. *Langages: Le discours politique*, Paris, 6e année, n. 23, p. 3-24, 1971.
- GUESPIN, L. Introduction: types de discours ou fonctionnements discursifs? *Langages*, Paris, 10e année, n. 41, p. 3-12,, 1976.
- HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. (1971). A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso; apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. 13-32.
- HARRIS, S. Z. (1952). Discourse Analysis. *Langages*, Paris, n. 13, p. 8-44, 1969.
- HERBERT, T. (1967). Observações para uma teoria geral das ideologias. *Rua*, Campinas, n.1, p. 63-89, 1995.
- INDURSKY, F. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.) *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.
- INDURSKY, F. Discurso, língua e ensino. Especificidades e interfaces. In: TFOUNI, L. V.; MONTE-SERRAT, D. M.; CHIARETTI, P. (Org.). *Análise do discurso e suas interfaces*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2011. p. 327-340.
- LECOMTE, A.; LÉON, J.; MARANDIN, J.-M. (1984). Análise do discurso: estratégias de descrição textual. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 283-310.
- MALDIDIER, D. (1990). *A inquietação do discurso: (re)ler Pêcheux hoje*. Trad. Eni Orlandi. Campinas, MALDIDIER, D. (1980) Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. P. et al. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- MARANDIN, J.-M. (1990). Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso. In: ORLANDI, E. P. (Org.) *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p.117-141.
- MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.
- ORLANDI, E. P. A análise de discurso: algumas observações. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 105-126, 1986.
- ORLANDI, E. P. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2002.
- FERNANDES, Carolina; VINHAS Luciana Iost. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019.

- ORLANDI, E. P. O objeto de ciência também merece que se lute por ele. In: MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, E. P. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.) *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2007.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. São Paulo, Campinas: Pontes, 2008.
- PÊCHEUX, M. (1969). Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 61-161.
- PÊCHEUX, M. (1982). Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. Tradução de Faustino Machado da Silva. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, 2. ed., n. 4, out. 1998.
- PÊCHEUX, M. (1981) Abertura do colóquio. In: CONEIN, B. et al. (Org.). *Materialidades Discursivas*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016. p.23-29.
- PÊCHEUX, M. (1983). A Análise de Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 311-319.
- PÊCHEUX, M. (1983). *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. (1982) Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 49-59.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. *Langages*. Analyse du discours, langue et idéologies, Paris, 9<sup>e</sup> année, n. 37, p.7-80, 1975.
- PÊCHEUX, M. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p.163-252.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.